



PROCEDIMENTO:

- ☐ RETIRADA DE TRAMITAÇÃO
☒ PEDIDO DE VISTA
☐ ADIAMENTO DE DISCUSSÃO

SESSÃO 22ª Ordinária

EM 11 AGO. 2025

RESPONSÁVEL

Materia Legislativa - 20/2025
Tipo: PL - Projeto de Lei do
Legislativo
Data: 16 de Junho de 2025
Ementa: ASSEGURA O DIREITO
DA MULHER
ALTA FLORESTENSE, EM
REQUISITAR A PRESENÇA DE

Lido em

17 JUN 2025
S.B.

Responsável

PROJETO DE LEI Nº 020/2025

SÚMULA: ASSEGURA O DIREITO DA MULHER ALTA FLORESTENSE, EM REQUISITAR A PRESENÇA DE UM ACOMPANHANTE, DURANTE A REALIZAÇÃO DE QUAISQUER SERVIÇOS DE SAÚDE, PÚBLICO OU PRIVADO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Francisco Ailton dos Santos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Valdemar Gamba, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado às mulheres, o direito de estarem acompanhadas por uma pessoa de sua livre escolha, maior de idade, nas consultas, exames, aplicação de vacinas e todos os serviços relacionados à sua saúde, realizados nos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, no Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O disposto no artigo anterior, também deverá ser aplicado de forma obrigatória, com atenção especial ao atendimento humanizado da mulher, quando houver suspeita ou denúncia de violência sexual, devendo-se garantir, de igual forma, a aplicação dos demais dispositivos legais atinentes à matéria.

Art. 3º Todos os estabelecimentos de saúde, localizados no Município de Alta Floresta, integrantes do Sistema Único de Saúde ou pertencentes à rede privada, ficam sujeitos a esta lei.



Lido em

16 JUN 2025

Responsável

Art. 4º Para efeitos desta lei, basta que a mulher manifeste verbalmente ao profissional que prestará ou estiver prestando o serviço de saúde, para que o seu direito seja garantido, não havendo necessidade de formalização escrita.

Art. 5º Compete a Vigilância Sanitária Municipal o ato de fiscalizar e certificar-se do cumprimento desta lei, por todos os estabelecimentos de saúde localizados no município de Alta Floresta.

Art. 6º - Havendo descumprimento do disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais, implicará:

I - Quando praticado por profissional do estabelecimento de saúde, não sendo servidor público:

- a) advertência escrita;
- b) aplicação de multa de 80 UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), sendo duplicada em caso de reincidência;
- c) suspensão do Alvará Sanitário.

II - quando praticado por servidor público, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na legislação municipal vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vereador Arnaldo Corcino da Rocha
Alta Floresta – MT, 10 de junho de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 16 JUN 2025 discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA de 19 AGO 2025
Mesa Diretora

Francisco Ailton dos Santos
Vereador



Lido em

16 JUN. 2025

Responsável

Diante disso, este Projeto de Lei se alinha às políticas públicas voltadas à proteção dos direitos da mulher e ao fortalecimento de um atendimento humanizado, sendo, portanto, medida de justiça e respeito à dignidade da pessoa humana.

Plenário Vereador Arnaldo Corsino da Rocha
Alta Floresta – MT, 10 de junho de 2025.

Francisco Ailton dos Santos

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 16 de JUN de 2025, na Sessão ORDINÁRIA
discussão e votação
de 19 de AGO 2025.
Mesa Diretora



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em _____ discussão e votação
na Sessão Ordinária de 18 AGO 2025

Mesa Diretora

JUSTIFICATIVA

Lido em

18 JUN 25

Responsável

Egrégia Câmara,

Servimo-nos do presente, para submeter à apreciação e aprovação do Plenário, o anexo PROJETO DE LEI Nº 020/2025, que "ASSEGURA O DIREITO DA MULHER ALTAFORESTENSE, EM REQUISITAR A PRESENÇA DE UM ACOMPANHANTE, DURANTE A REALIZAÇÃO DE QUAISQUER SERVIÇOS DE SAÚDE, PÚBLICO OU PRIVADO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", com o seguinte pronunciamento:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar às mulheres do Município de Alta Floresta/MT o direito de estarem acompanhadas por pessoa de sua confiança durante a realização de quaisquer serviços de saúde, sejam eles no âmbito público ou privado.

Tal medida visa garantir um atendimento mais digno, seguro e humanizado, especialmente em situações de vulnerabilidade, como nas consultas ginecológicas, exames invasivos, aplicação de vacinas e, principalmente, nos casos de suspeita ou denúncia de violência sexual. A presença de um acompanhante pode proporcionar maior conforto emocional à paciente e inibir eventuais condutas inadequadas por parte dos profissionais ou instituições de saúde.

O direito ao acompanhante já é reconhecido em determinadas situações pela legislação federal, como na Lei nº 11.108/2005 (que garante à gestante o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato). Este projeto amplia essa proteção ao incluir todas as situações de atendimento à saúde da mulher, contribuindo para a promoção da equidade de gênero e para a construção de um sistema de saúde mais respeitoso e acolhedor.

Vale destacar que a simples manifestação verbal da mulher já será suficiente para assegurar esse direito, desburocratizando o processo e garantindo maior acessibilidade. Além disso, a fiscalização será responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, com penalidades estabelecidas para o descumprimento, assegurando o efetivo cumprimento da norma.